



DIÁLOGOS, POLÍTICAS E INSURGÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Luzenilson Andson dos Santos Melo ¹
Rômulo Tonyathy da Silva Manguieira ²

RESUMO

O Brasil apresenta um quadro de desigualdade latente e diversidade sociopolítica e cultural, que desafia a União a mergulhar profundamente em um norte consensual de estratégias governamentais. No entanto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aparece como uma ferramenta normativa no contexto educacional, que norteia os sistemas e redes de ensino, por meio de um pacto federativo, a organizar propostas pedagógicas que considerem e contemplem a multiplicidade de olhares sob a educação, superando a fragmentação disciplinar e construindo um currículo escolar que preze a igualdade, diversidade e equidade do povo. Nesse contexto, refletiu-se o impacto da BNCC na formação do professor de geografia a partir das estratégias de implementação. Sendo assim, utilizamos uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica para organizar essa investigação, revisitando autores que consideram a BNCC, a formação do professor de geografia e as estratégias de implementação em sala de aula como mola de sustentação de suas análises. O cenário aparece desafiante, mas promissor no que se refere ao poder de mobilização do professor brasileiro.

Palavras-chave: BNCC, Professor de Geografia, Política Educacional.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de natureza normativa que organiza, regulamenta e “e define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 05) – para tanto, a BNCC orienta e referencia, alinhado ao Plano Nacional da Educação (PNE) e fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da Educação Básica, as redes de ensino municipais e estaduais, bem como do distrito federal, em relação a construção do currículo.

Na busca por um consenso, fortalecido por um modelo de colaboração social, a BNCC traz em seu cerne competências sobre as aprendizagens enquanto direito de todos os brasileiros de acordo com a Constituição Federal de 1988, essa garantia ocorre ao longo de todas as etapas e categoria da Educação Básica. Com objetivo de preservar a autonomia dos

¹ Graduando em Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, andson.melocz@gmail.com.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Educação (PPCTE) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, tonyathy@hotmail.com.br.





associados houve ampla discussão a fim de determinar uma referência comum a ser disposta na BNCC. O desafio era construir um currículo contextualizado com o princípio básico do combate à desigualdade educacional, o princípio da equidade, reconhecendo as diferentes necessidades de cada estudante, a diversidade, diferenças e singularidades de cada um(a).

Por outro lado, a BNCC não apenas fundamenta o entendimento, a concepção, elaboração, avaliação e revisão dos currículos e das propostas pedagógicas das instituições escolares, como também deve contribuir para a coordenação nacional do devido alinhamento das políticas e ações educacionais, de maneira especial a política para formação inicial e continuada de professores. Assim, é importante inserir o tema da formação profissional para a docência no contexto de mudança que a elaboração da BNCC desencadeia na Educação Básica. Para tanto, a elaboração da BNCC está localizada no contexto vasto de políticas públicas educacionais bem como de um debate insurgente sobre a definição do que se deve ensinar na educação básica. Portanto, ao desenvolver essa questão, não se pode deixar de considerar aspectos e positivos dos campos das políticas públicas da educação e dos estudos do currículo, assim como tendências identificadas a partir de pesquisas destas áreas.

Dito isto, e pautado em entender um fenômeno mais amplo e complexo: o ensino – designou-se como objetivo geral: refletir o impacto da BNCC na formação do professor de geografia a partir das estratégias de implementação, sendo assim, discutiu-se desde a elaboração do documento até os desafios, possibilidades e anseios educacionais no contexto da sala de aula. Como problema de pesquisa, elaborou-se uma análise sobre qual o papel do professor de geografia frente ao cenário posto e como estruturar e desenvolver esse conhecimento na escola.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação, direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2019). Neste cenário, e com base no aprimoramento da educação em âmbito nacional, em 17 de dezembro de 2018, sob a resolução nº 4, o Presidente do Conselho Nacional de Educação implementa a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), Educação Infantil e do Ensino Fundamental, como etapa final da Educação Básica. (BRASIL, 2019)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dispõe de um documento no qual regulamenta um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens importantes em que todos os alunos devem desenvolver ao longo do período da Educação Básica, de modo a que tenham estabelecidos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em semelhanças com o que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE).

Pinheiro & Lopes (2017), reflete que, os tradicionais componentes curriculares tais como a História, Ciências, Geografia etc., debatidos e discutidos na formulação da BNCC foram agrupados em áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. A área de linguagens compreende os currículos das disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Física, Arte e Língua Estrangeira Moderna. A área de Matemática, como o próprio nome já diz, compreende apenas a área do componente curricular de Matemática. Já a área de ciências da natureza engloba os currículos de Ciências, Física, Química e Biologia. E as ciências humanas abrangem os currículos de Geografia, História, Filosofia e Sociologia.

Para Aguiar & Dourado (2018), a BNCC aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, tomou o lugar de uma concepção de Base Comum Nacional, conceito construído pelo movimento dos educadores ao longo das lutas por uma educação cidadã. A BNCC centra-se numa concepção restrita de educação e currículo, pois centra-se nas competências e habilidades, se contrapõe a uma concepção crítica de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e, em parte, ao Plano Nacional de Educação (AGUIAR, DOURADO).

A entrada da Geografia na BNCC, dentro das disciplinas abarcadas pelas Ciências Humanas, baseia em alguns pressupostos básicos, no que tange a ideia de que, a partir dessas ciências, o aluno desenvolva um senso de criticidade, analisando os acontecimentos da sua realidade e do mundo e, assim, dotando-se de capacidade de articular discussões pertinentes aos temas trabalhados na escola.

De acordo com Silva (1999), o currículo está no centro das relações educativas e se configura como espaço de disputas, em que a relação entre saber, poder e identidade se corporifica, acrescenta o autor que, [...] o currículo é também um dos elementos centrais das reestruturações e das reformas educacionais que em nome da eficácia econômica estão sendo propostas em diversos países. Ele tem uma posição estratégica nessas reformas precisamente porque o currículo é o espaço onde se concentram se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político (SILVA, 1999, p. 10).



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

METODOLOGIA

Há diversos caminhos que se pode trilhar a fim de refletir sobre uma área de conhecimento. Neste estudo, optou-se por uma revisão bibliográfica, realizada a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa. Moreira (2002), afirma que a pesquisa qualitativa é de caráter impressionista, de forma não objetiva, não apresentando um caráter científico, porém ela abre seus próprios caminhos.

Gil (2002), discorre que, a pesquisa bibliográfica desenvolve-se com base em material elaborado, constituindo-se principalmente de livros e artigos científicos. Tendo em vista que todos os estudos exigem algum tipo de trabalho dessa natureza, estas, desenvolvem-se exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Em termos de tipo de fonte de pesquisa, utilizou-se artigos científicos publicados em periódicos do campo da Geografia.

Sendo assim, selecionou-se textos em língua portuguesa de acesso livre em plataformas de impacto acadêmico, sendo elas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Revistas Geografias Online* e *Revista OKARA: Geografia em debate*. Incluiu-se na pesquisa o material dessas bibliotecas, disponibilizados em periódicos, com textos de artigos na íntegra que contemplassem a discussão de política educacional, BNCC e a formação do professor de geografia; para tanto, excluiu-se os artigos que não contemplavam os critérios de inclusão já postos.

Lima e Míoto (2007) nos mostra que quando uma pesquisa de natureza bibliográfica é bem realizada, ela é um instrumento capaz de suscitar, sobretudo em temas de pesquisa ainda pouco investigados, a postulação de proposições ou reflexões que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo, optou-se por uma revisão bibliográfica, realizada a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa. Moreira (2002), afirma que a pesquisa qualitativa é de caráter impressionista, de forma não objetiva, não apresentando um caráter científico, porém ela abre seus próprios caminhos.



Foram localizados um total de 13 artigos, destes, 04 artigos do Ministério da Educação, 02 SCIELO, e os demais foram *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Revistas Geografias Online e Revista OKARA: Geografia em debate. Incluiu-se na pesquisa o material dessas bibliotecas, disponibilizados em periódicos, com textos de artigos na íntegra que contemplassem a discussão de política educacional, BNCC e a formação do professor de geografia; para tanto, excluiu-se os artigos que não contemplavam os critérios de inclusão já postos. Destes foram selecionados 02 artigos a partir da relação com o tema e sua relevância. Do total foram excluídos inicialmente 11 por não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos para estudo. Em seguida, procedeu-se a leitura atenta dos artigos na íntegra e finalmente, o corpus da revisão de literatura foi composta por 02 artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente definidos.

A realização desta pesquisa bibliográfica teve como objetivo de preservar a autonomia dos associados houve ampla discussão a fim de determinar uma referência comum a ser disposta na BNCC. O desafio era construir um currículo contextualizado com o princípio básico do combate à desigualdade educacional, o princípio da equidade, reconhecendo as diferentes necessidades de cada estudante, a diversidade, diferenças e singularidades de cada um.

O primeiro artigo de autoria de Pinheiro & Lopes (2017) de título “*Reflexões Sobre a Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*” aborda o tema da BNCC, com definição e objetivos como um conjunto de progressos para a aprendizagem, órgão essencial para os alunos desenvolver ao longo da educação básica. A seguir apresenta-se o processo histórico de produção da BNCC e sua importância para a educação brasileira. Na terceira seção busca-se ressaltar a relevância social da presença da geografia no currículo escolar e, na quarta seção, discutem-se, criticamente, as concepções de geografia explícitas e implícitas no documento. Por fim, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais.

O segundo artigo de autoria de Dourado & Aguiar (2018) de título “*A BNCC na contramão no PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*”, os autores refletem a BNCC, um documento normativo aprovado pelo CNE a partir do MEC, consolidou se a proposta do estabelecimento de uma Base Nacional que tomou o lugar de uma concepção de Base Comum Nacional, conceito construído pelo movimento dos educadores ao longo das lutas por uma educação cidadã. Por vez, a BNCC tem sido “*a chefe*” das políticas educacionais



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

implementada pelo Ministério da Educação, à formação dos profissionais de educação, bem como os processos avaliativos nas escolas e sistemas de ensino.

CONCLUSÃO

Apresentou-se uma reflexão sobre a BNCC e como ela impacta na formação do professor de Geografia a partir do movimento de implementação em sala de aula. Uma vez que a própria BNCC apresenta possibilidades e desafios para os professores de geografia, também reconhece a Geografia como uma ciência em que engloba um conjunto de diversos fenômenos para os quais são esperadas reações críticas, reflexivas, políticas, em suas essências.

Posto isso, torna-se importante a garantia da continuidade do processo de ensino e de aprendizagem, oportunizado por ferramentas como a BNCC que permitem professores e alunos a mobilização dos conhecimentos para além dos limites estruturalizados e colonizadores da própria escola. Percebe-se que o ensino da Geografia implementado pela BNCC desafia o professor a propor, explorar e resolver situações do contexto conteudista aliando a aprendizagem à construção de um projeto de vida, ao mesmo tempo que dá sentido ao que se aprende e possibilita o protagonismo estudantil na escola e na sociedade como um todo.

No final da segunda década do século XXI, o Brasil e o mundo perpassam por situações desafiadoras de convulsão social, médica/hospitalar e de controvérsias no âmbito escolar. Esse texto abre espaço para novas pesquisas pois a temática emerge em meio a tempos obscuros na educação, de negacionismo científico, de propulsão de *fakenews* e de insurgências política, social e educacional.

AGRADECIMENTOS

No início da primeira metade do século XXI, o Brasil tem vivenciado um momento delicado, de crises históricas que perpassam o campo sanitário (médico-hospitalar) a partir da pandemia mundial do coronavírus (Sars-CoV-2) e chegam no seio ético, moral, político, social, econômico, educacional, entre outras, marcadas por retrocessos e surpresas de toda ordem. No entanto, Paulo Freire nos ensina que – apesar dos erros e acertos, afinal somos incompletos e inacabados, não podemos deixar de tentar compreender o que se passa e de



esperançar. A ele, por toda sua construção humana, libertária e justa, nossa gratidão. Agradecemos ainda a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento de nossa pesquisa.

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Projeto Universal (2019/2022).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. DOURADO, L. F. **A BNCC na Contramão do PNE 2014-2024: avaliações e perspectivas.** Recife/PE. ANPAE. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.** 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico:** a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál., Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007

MOREIRA, D. A. **O Método Fenomenológico na Pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

PINHEIRO, I.; LOPES, C. S. **Reflexões sobre a Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Maringá/PR.** Encontro Internacional de Produção Científica, 2017.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. **A Arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento.** RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, 2012. DOI: 10.20396/rdbci.v10i1.1896. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>>. Acesso em: 5 out. 2021.



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

SILVA, T. T. **Currículo como Fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.